

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Urbs perde recurso para adiar votação que pode baixar tarifa

Raphael Marchiori

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) negou ontem à noite um pedido da Urbanização de Curitiba S/A (Urbs) que pretendia adiar a votação do processo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) que tenta reduzir o valor da tarifa do transporte público de Curitiba e região metropolitana. O pleno do órgão vai analisar o processo a partir das 14 horas de hoje.

Impetrado ontem pela Urbs, o mandado de segurança foi analisado pelo desembargador Guilherme Freire de Barros Teixeira. O magistrado afirmou que não há razões para o adiamento da sessão porque o impetrante (a Urbs) tem condições de entrar com recursos no próprio TCE.

Oficialmente, a Urbs não comentou o teor do recurso. No entanto, antes mesmo da decisão judicial a reportagem apurou que a prefeitura de Curitiba está solicitando uma complementação da análise técnica sobre as contestações do Tribunal de Contas.

Para a gestão municipal, houve uma 'afrenta ao contraditório e à ampla defesa'. A Urbs já apresentou seis recursos protelatórios antes do mandado de segurança, solicitado e negado ontem. Todos foram negados pelo relator Nestor Baptista.

No mandado, a Urbs também requeria que o governo do estado fosse instado a enviar contestações sobre o Relatório da Tarifa do TCE-PR, uma vez que ele, segundo a Urbs, é o responsável legal pelo transporte metropolitano.

O TCE informou que poderá ampliar a auditoria por conta das recentes mudanças promovidas pela Coordenação da Região Metropolitana (Comec) na Rede Integrada de Transportes (RIT). Em nota divulgada na semana passada, o órgão havia afirmado que o preço da tarifa deveria baixar em Curitiba com a desintegração, o que não aconteceu. O texto do TCE-PR levanta a hipótese de que a Urbs estaria obtendo um lucro maior com o novo modelo de operação.

Irregularidades

O processo da auditoria da tarifa do TCE-PR foi divulgado em setembro de 2013. O trabalho mostrou que a tarifa do transporte coletivo de Curitiba poderia ser 16,7% menor do que a vigente à época, de R\$ 2,70. O documento relaciona 40 irregularidades. Entre as principais falhas apontadas estão indícios de cartelização do sistema, irregularidades na composição de custos e concessão de gratuidade e fragilidade da fiscalização do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, que afere a quantidade de passageiros transportados diariamente. Além da tarifa menor, a equipe de auditoria recomendou a anulação da licitação que deu origem aos contratos vigentes e a realização de uma nova concorrência.

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

MP denuncia Justus por desvio de dinheiro e outros três crimes

MP denuncia Nelson Justus por corrupção

O deputado estadual Nelson Justus (DEM) é acusado de formação de quadrilha, peculato (desvio de dinheiro público), falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. A denúncia se refere ao escândalo dos Diários Secretos.

Investigações contra o deputado começaram após a publicação da série Diários Secretos, sobre funcionários fantasmas na Alep

Chico Marés e Kelli Kadanus

O Ministério Público do Paraná (MP) ofereceu denúncia contra o deputado estadual Nelson Justus (DEM), ex-presidente da Assembleia Legislativa, referente ao caso dos Diários Secretos. O parlamentar e mais 31 pessoas ligadas a seu gabinete estão sendo acusados dos crimes de formação de quadrilha, peculato (desvio de dinheiro público), falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) Abib Miguel, o Bibinho, também é citado na denúncia por falsidade ideológica.

Segundo fontes do MP ouvidas pela reportagem, a principal alegação é de que Justus, junto com assessores, usou funcionários fantasmas em um esquema de desvio de dinheiro público. Além disso, a denúncia também aborda o caso de servidores lotados na presidência da Assembleia que seriam, na verdade, agentes políticos do deputado no interior — o que, no entendimento do MP, também se trata de peculato. Por fim, o MP denuncia o parlamentar e seus assessores de lavarem dinheiro com a venda e compra de veículos.

A denúncia foi oferecida em 12 de fevereiro, e o relator será o desembargador Guilherme Freire, do Tribunal de Justiça (TJ). O processo está em fase de notificação dos denunciados. Somente após ouvir a defesa, o TJ decidirá se acata ou não a denúncia. O processo tramita em segunda instância porque Justus tem direito a foro privilegiado.

Naboca do caixa

A denúncia envolve dois núcleos familiares que apareceram na série de reportagens Diários Secretos, realizada pela Gazeta do Povo e pela RPC: o do assessor parlamentar Luiz Alexandre Barbosa e o do chefe de gabinete Sérgio Roberto Monteiro. Os dois utilizavam seus parentes como fantasmas. Uma das pessoas denunciadas pelo MP, por exemplo, é Tereza Ferreira Alves. Sogra de Barbosa, ela era lotada no gabi-

nete da presidência da Assembleia, mas trabalhava como cabeleireira em um salão de beleza na Avenida Iguaçu, em Curitiba.

Segundo fontes consultadas pela reportagem, que tiveram acesso à denúncia, os “fantasmas” assinavam cheques em branco e repassavam aos assessores de Justus, que preenchiam o valor dos seus salários e retiravam em dinheiro vivo em uma agência bancária. A quebra do sigilo bancário e a perícia dos cheques permitiram que o MP chegasse a essa conclusão. Por se tratar de dinheiro vivo, não se sabe exatamente a destinação dos valores, ou como eles eram divididos entre os membros da suposta quadrilha. Entretanto, segundo as investigações, parte desses valores foram lavados na compra e venda de veículos.

Além disso, o MP também denuncia Justus por ter contratado servidores no gabinete da presidência para trabalhar como “cabos eleitorais” no interior. A denúncia considera que isso seria desvio de dinheiro público. De acordo com procuradores do MP, é permitido que funcionários comissionados dos gabinetes parlamentares trabalhem no interior como agentes políticos. Mas isso não vale para a presidência — um cargo administrativo.

CONTINUA

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Por fim, Justus e Bibinho também são acusados de falsidade ideológica. Em 2009, dois funcionários do gabinete da presidência foram presos por extrair palmito ilegalmente no litoral. O deputado apresentou documentos que diziam que eles estavam lotados no gabinete do deputado, e seriam seus agentes políticos. Segundo o MP, esses documentos teriam sido falsificados pela dupla.

O advogado de Bibinho, Eurolino Sechinell dos Reis, não quis comentar o caso. Ele disse que ainda não foi notificado e não tem conhecimento do teor da denúncia. Já o deputado não atendeu às ligações da reportagem.

Ministério Público prepara novas denúncias

¶ A denúncia oferecida pelo Ministério Público (MP) contra o ex-presidente da Assembleia Nelson Justus (DEM) não deve ser a última. Segundo fontes ligadas à instituição, existem investigações criminais contra ele e também contra o ex-primeiro-secretário da Assembleia Alexandre Curi (PMDB). Ainda assim, os procuradores lutam contra o relógio: as investigações começaram há quase cinco anos e estão longe do fim.

Os supostos crimes da gestão de Justus e Curi teriam sido iniciados em 2007, e os promotores trabalham com um prazo prescricional de 12 anos. Portanto, as investigações precisariam ser encerradas até 2019. A prescrição, entretanto, depende da duração

da pena — o que é impossível de prever com precisão. Isso num cenário em que os réus sejam condenados.

Segundo fontes ligadas à investigação, a principal razão pela morosidade é a burocracia exigida para que ações consideradas imprescindíveis para a coleta de provas sejam autorizadas. Um exemplo é a quebra do sigilo bancário dos envolvidos. As investigações chegaram a passar meses paradas na dependência dessa autorização — que, no fim, se tornou essencial para que os procuradores embasassem a ação atual.

A denúncia apresentada recentemente foi a primeira ação criminal contra parlamentares — outras duas foram apresentadas contra ex-diretores e funcionários fantasmas. Entretanto, Justus e Curi são réus em sete ações civis públicas. O deputado Nereu Moura (PMDB) e o ex-deputado Hermas Brandão (PSB) são réus em quatro. (CM)

JORNALISMO

Gazeta do Povo e RPC revelaram o esquema de corrupção em 2010

¶ As irregularidades que resultaram na denúncia do Ministério Público à Justiça foram reveladas pela série de reportagens Diários Secretos, produzida em conjunto pela **Gazeta do Povo** e pela RPC TV em 2010. Um grupo de jornalistas analisou 724 edições do Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Paraná, publicadas entre 1998 e 2009. O levantamento durou dois anos e desvendou um esquema criminoso de desvio de dinheiro que, segundo estimativas do Ministério Público, pode ultrapassar R\$ 200 milhões. Os recursos públicos, como mostrou a investigação, eram desviados por meio da contratação de servidores fantasmas ou laranjas — muitos dos quais parentes dos envolvidos. O esquema foi ocultado por meio de uma série de entraves criados pela própria Assembleia para a divulgação dos diários oficiais da Casa, onde eram oficializadas as contratações dos funcionários que não trabalhavam. Como os diários eram mantidos em segredo, a sociedade não podia averiguar se os servidores contratados pela Assembleia efetivamente trabalhavam. As denúncias levaram milhares de paranaenses às ruas no dia 8 de junho de 2010 para protestar contra a corrupção e pedir mais transparência no poder público paranaense.

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

STJ define nova regra de idade mínima para ingresso no fundamental; PR não seguirá

Rodrigo Batista

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou como irregular o ingresso de crianças menores de 6 anos de idade no ensino fundamental no Brasil. O julgamento refere-se a uma ação movida pelo Ministério Público Federal de Pernambuco (MPF-PE) que era contra essa determinação de idade de corte, feita pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Dessa forma, todos os estados devem se adequar ao julgamento. No Paraná, entretanto, a Secretaria de Educação (Seed) pretende se amparar em instâncias inferiores e uma lei estadual para liberar o estado de uma data de corte.

Ação movida pela procuradoria federal em Pernambuco atendia ao entendimento do órgão de que, em todo o Brasil, crianças menores de 6 anos teriam a possibilidade de ingressar no primeiro ano do fundamental mediante avaliação e sem a necessidade da data e idade de corte. Em primeira instância, a ação foi considerada procedente, mas no TRF da 5.ª Região, em Recife (PE), a Justiça delimitou a validade apenas para o estado de Pernambuco.

Com a nova decisão, o STJ entendeu que devem-se respeitar as considerações sobre data e idade de corte de acordo com as orientações dos órgãos federais — no caso o CNE, que, por meio de resoluções, orienta que somente crianças com seis anos com-

pletos ou que vão completar essa idade até o dia 31 de março do ano corrente poderão iniciar as aulas no primeiro ano da escola.

Confusão

Apesar da decisão, alguns alunos do primeiro ano das escolas públicas e privadas podem continuar nas salas de aulas do Paraná. A Seed informou que, em escolas públicas, tanto o Paraná quanto os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão amparados por uma ação civil pública que possibilita “a matrícula de crianças com 6 anos no primeiro ano do ensino fundamental independente da data de corte”. A lei estadual 16.049/2009 possibilita que todas as crianças que completarão 6 anos até o dia 31 de dezembro do ano corrente ingressem na escola.

Se o Paraná insistir nesses parâmetros, o STJ informou, via assessoria, que o estado está indo contra uma instância superior.

Segundo o STJ, a secretaria de educação de cada estado deve providenciar a resolução do problema e a consequente saída dos alunos menores de 6 anos das escolas.

Os ministérios públicos de cada estado, por sua vez, caso procurados, poderão fazer checagem das situações.

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) informou que respeita a decisão do STJ, mas que aguarda uma decisão de uma ação que está no Supremo Tribunal Federal sobre o caso.

Por enquanto, segundo o MP-PR, o órgão seguirá as diretrizes da lei estadual que possibilita o ingresso de crianças que vão completar 6 anos de idade até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Idade de corte é necessária, diz especialista

↑ A idade de corte e a data para essa idade foram definidas após várias audiências públicas e estudos sobre a melhor faixa etária para crianças começarem os estudos nas escolas, segundo a professora Verônica Branco, do Setor de Educação da UFPR. Ela acredita que antecipar a entrada de crianças nas escolas seria prejudicial ao aluno com menos de 6 anos de idade.

“Nós conseguimos ver o desenvolvimento e a diferença de uma criança recém-nascida para outra de um ano de idade. Entre duas crianças, uma de 5 e a outra de 6 anos, podemos não conseguir ver isso, mas a diferença entre elas existe e são muitas”, diz.

Na opinião da professora, criar “excepcionalidades”, ou seja, deixar com que uma criança entre na escola mediante avaliação de especialistas, faria com que uma criança frequentasse a sala de aula com outras mais desenvolvidas. “Se uma criança tem 6 anos não terá prejuízo porque ela chegará ao primeiro ano com as condições de estar no primeiro ano”, avalia.

CONTINUA

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Escolas privadas

Segundo o assessor educacional da área jurídica do Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe-PR) Luís César Smaniotto, 40 escolas particulares do Paraná já entraram em 2006 com ações na Justiça por considerarem inconstitucional a idade de corte estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Em dois casos, os processos transitaram em julgado, ou seja, não caberiam mais recursos. No caso da aplicação da decisão do STJ, Smaniotto acredita que seria "impossível de ser executada no Brasil inteiro. Como vai se chegar em uma sala de aula e retirar os alunos?", questiona.

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Governo admite usar verba de fundos específicos para pagar o funcionalismo

Às vésperas do dia do pagamento, Executivo muda o destino de R\$ 559 milhões e garante que salários serão pagos na sexta-feira

Rogério Waldrigues Galindo

▮ Mesmo enfrentando uma grave crise financeira, o governo do Paraná informou que vai pagar a folha salarial do funcionalismo estadual nesta sexta-feira (27). E a verba para quitar os salários pode ter sido remanejada de fundos estaduais que têm destinação específica para outras áreas.

O governador Beto Richa (PSDB) admitiu nesta quarta-feira (25) que poderá usar o dinheiro de fundos específicos do estado para quitar a folha deste mês. O governo publicou nesta quarta uma série de decretos de abertura de crédito especial. Os decretos servem para transferir dinheiro de uma rubrica para outra dentro do Executivo. No total, os decretos somam R\$ 559 milhões.

Cinco decretos transferem dinheiro que deveria ir para fundos específicos do gover-

no e colocam em outras rubricas. O maior montante é de R\$ 388 milhões que são transferidos do Funesp, o fundo especial de segurança pública. Outro decreto mexe com mais R\$ 58 milhões do Funesp. Três outros decretos retiram R\$ 86 milhões do Funrefisco, ligado à Receita Estadual.

A reportagem pediu informações para a Secretaria da Fazenda e para a Secretaria da Segurança. Na Segurança, a resposta foi de que o dinheiro só pode ser usado para custeio e investimento, mas não para pagamento de folha. Mas não houve resposta sobre se isso libera o dinheiro do custeio para pagar a folha. Na Fazenda, não houve resposta. O governador afirmou que, embora não tivesse certeza da finalidade do dinheiro, era possível que a verba fosse usada para pagar a folha salarial do funcionalismo.

A folha de salários dos servidores e de inativos do Paraná soma R\$ 1,35 bilhão. Em janeiro, para pagar todos os funcionários, foi preciso que o Executivo deixasse de fazer parte dos repasses para Tribunal de Justiça, Assembleia, Tribunal de Contas e Ministério Público. Mesmo assim, deixou de pagar terço de férias e rescisões de temporários.

O governo informou ainda que vai pagar todos os salários em dia e que já pagou as rescisões de professores temporários e parte do abono de férias. Os salários devem ser quitados no último dia útil do mês, que neste caso cai nesta sexta-feira. Segundo a Secretaria da Fazenda, o pagamento será possível porque houve "contenção de despesas em outras áreas do governo".

O deputado Nereu Moura, líder do PMDB na Assembleia Legislativa e presidente da Comissão de Orçamento, ao saber dos decretos, publicados no Diário Oficial, disse que a intenção do governo certamente é mexer nos fundos para garantir o pagamento da folha. "O governador fez aprovar no ano passado um aumento da margem de manobra do orçamento. Agora, ao invés de 5%, que é o limite histórico, ele pode mexer em 15% do orçamento global sem pedir autorização à Assembleia", afirmou.

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

JETONS

Secretário da Fazenda ganha R\$ 20,5 mil para participar de conselhos

Chico Marés e Fernando Martins

Idealizador do "pacotão" de corte de gastos, o secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, recebe uma remuneração extra, além do salário, de R\$ 20.552,19 por integrar o conselho de quatro órgãos e estatais do governo paranaense. A informação foi revelada na sessão de desta quarta-feira (25) da Assembleia Legislativa pelo líder do governo na Casa, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB). Segundo Romanelli, Costa ganha jetons por participar dos conselhos da Cohapar (R\$ 2.169,20), da Sanepar (R\$ 7.816,44), da agência Fomento Paraná (R\$ 2.777,42) e da Copel (R\$ 7.789,13).

Receita Federal

O líder do governo na Assembleia ainda disse que o secretário recebe salário de servidor da Receita Federal e não de secretário estadual (nesse caso, não é possível acumular as remunerações e ele tem de optar por um ou outro salário). Romanelli não revelou qual é o salário mensal de Costa como servidor da Receita. Um secretário estadual ganha R\$ 20,5 mil mensais.

Cobrança

A informação da remuneração extra de Mauro Ricardo Costa foi revelada por Romanelli após cobranças de deputados da oposição sobre os ganhos adicionais do secretário da Fazenda do governo Beto Richa (PSDB).

FOTÓGRAFO

Richa diz que não sabia de denúncias contra assessor

O governador Beto Richa (PSDB) disse ontem que Marcelo Caramori, assessor do governo preso em Londrina neste mês sob acusação de exploração sexual de menores, "prestava serviços ao governo em eventos do governo em Londrina, na região". A lotação de Caramori no Palácio Iguazu e suas funções têm sido objetos de discussão desde que ele foi preso. "Era um fotógrafo", resumiu o governador. Em entrevista, Richa disse que antes da prisão não sabia das denúncias contra o assessor. "Não posso responder por atitudes pessoais de nenhum das centenas de milhares de funcionários do governo, sejam comissionados ou efetivos. O que eu posso fazer com as denúncias que considere gravíssimas? Desliguei ele do governo, foi demitido." Richa admitiu conhecer o assessor, mas negou ter qualquer proximidade com ele.

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Associação denuncia retaliação a grevistas na Defensoria Pública

Antônio More/Gazeta do Povo



Fachada da Defensoria: servidores estão em greve desde o dia 18.

Kelli Kadanus

A Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Paraná (Assedepar) acusa o órgão de exonerar trabalhadores que estão em greve desde 18 de fevereiro. Segundo o presidente da entidade, Renato Freitas Junior, foram registrados pelo menos dois casos considerados como retaliação pela adesão à paralisação.

Uma das demissões foi publicada no Diário Oficial do estado na terça-feira (24). Um servidor foi exonerado do cargo de coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar da Capital e substituído por um defensor

público. "Ele nem voltou da greve e já foi exonerado", diz o presidente da Assedepar.

Outro caso, de acordo com Freitas, não foi publicado porque não houve exoneração. "Uma servidora foi removida para outro setor que ela refuta ser pior", disse o presidente da Assedepar. De acordo com ele, a servidora ocupava o cargo de secretária-executiva do gabinete da Defensoria Pública Geral e foi transferida para a Corregedoria.

Além das exonerações, o presidente da associação acusa a Defensoria de ameaçar os servidores com remoção de benefícios e com processos administrativos disci-

plinares. "A gente está sofrendo perseguição. Isso faz com que os servidores tenham muito medo", conta Freitas. "Eles [Defensorial] estão apostando na desmobilização através do medo."

Em assembleia realizada na noite desta quarta-feira (25), os servidores decidiram continuar a paralisação por tempo indeterminado. Segundo Freitas, a principal pauta para negociação será a recondução dos servidores aos cargos anteriores. Ele afirma que não está descartada a tomada de medidas judiciais para garantir os cargos dos servidores prejudicados.

Outro lado

A assessoria de imprensa do governo informou que o servidor exonerado foi nomeado em junho do ano passado depois de ser aprovado em concurso público. Ele havia sido nomeado para um cargo de confiança para substituição de outro servidor em férias. Mas, de acordo com o governo, o servidor dispensou os estagiários e fechou as portas da Defensoria quando foi deflagrada a greve, motivo pelo qual foi exonerado.

Segundo a assessoria do governo, nenhum servidor pode ser exonerado por participar de movimentos grevistas e a Defensoria tem autonomia para nomear e exonerar funcionários. O servidor em questão foi exonerado do cargo de confiança, mas continua sendo servidor da Defensoria.

A Defensoria não se manifestou sobre o assunto até às 18 horas desta quarta-feira (25).

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Recuo geral

26 FEV 2015

Como diria Lampedusa: é preciso mudar tudo para deixar tudo como está. O governo estadual fez isto com incrível competência. Vejam a sequência dos fatos:

• Alegando que não tinha caixa nem sequer para honrar a folha do funcionalismo do mês de fevereiro e que, portanto, providências urgentíssimas deveriam ser tomadas, o governador Beto Richa atrasou pagamento de férias, pretendeu extinguir quinquênios e promoções, demitiu professores, pedagogos, merendeiras, funcionários administrativos. Além disso, queria amealhar já R\$ 8 bilhões da Paranaprevidência para suprir as necessidades. Tudo isto estava previsto no pacote que o governo queria que, mediante um novo “tratoço”, a Assembleia aprovasse em 24 horas.

• O professorado decretou greve. Milhares de outras categorias de servidores apoiaram e ajudaram a tomar o Centro Cívico. Multiplicaram-se manifestações barulhentas, o plenário da Assembleia foi invadido, deputados tiveram de fugir e os que, dispostos a obedecer a ordem de votar a favor do “pacotaço”, tiveram, no dia seguinte, de embarcar e se proteger num camburão da PM na tentativa (também fracassada) de fazer nova sessão no refeitório da Casa.

• O governo sentiu a força das ruas e abriu os gabinetes do Palácio para negociar com os grevistas e demais servidores. Ontem aconteceu a última das três reuniões entre as partes e o resultado — anunciado pelo líder de Beto Richa na Assembleia — foi o de que o governador havia concordado em recuar em todos os pontos condenados pelos educadores. A promessa é de que não se mexerá mais em nenhum ponto considerado prejudicial à categoria, que continua em greve.

• Outros projetinhos, de pouco efeito prático para o saneamento das finanças públicas, voltaram à Assembleia para votação. Mas agora seguirão o ritmo normal e democrático de exame pelas comissões temáticas internas. Isto é, não haverá

novo “tratoço”. Até mesmo a mais explosiva de todas as propostas, aquela que permitiria ao governo destruir o patrimônio acumulado pelos funcionários na Paranaprevidência, só será ressuscitada após mudanças a serem previamente acordadas com a sociedade.

• Balanço dessa história toda: ao fazer tamanho recuo, o governo demonstrou ter sido totalmente incompetente na condução do processo de saneamento fiscal do estado — tanto na forma quanto no conteúdo. E mais: se, como também foi anunciado oficialmente, todas as obrigações com o funcionalismo estão ou serão religiosamente cumpridas, independentemente do “pacotaço”, por que, então, o governo foi tão sôfrego na tentativa de enfiá-lo goela abaixo de todos?

• Sabe-se que para pagar o salário deste mês, já amanhã, o governo fez traquitanas orçamentárias e lançou mão de R\$ 500 milhões depositados em fundos específicos. Precisarão fazer isto de novo mês que vem?

É tudo tão estranho. Tentaram mudar tudo para deixar tudo como sempre esteve? A única mudança visível é que o governo, enfim, reconheceu a força das ruas.

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

EDITORAÇÃO

De ônibus 1

Está na pauta do pleno do Tribunal de Contas, que se realiza hoje à tarde, a votação do relatório técnico que determina a nulidade da licitação e do contrato vigente desde 2010 entre a prefeitura de Curitiba e as empresas do transporte coletivo. Ironicamente, a sessão será presidida pelo conselheiro Ivan Bonilha, o mesmo que, quando procurador-geral do município, na gestão do então prefeito Beto Richa, aprovou a licitação e o contrato. O mesmo relatório diz ser possível reduzir o preço da passagem em 25%.

De ônibus 2

O fórum das entidades populares que já brigou na Justiça (e perdeu) pedindo a nulidade da licitação estará presente na sessão do TC, à moda do professorado que pressionou a Assembleia para não votar o pacote de maldades do governo estadual. Só que agora com sinal trocado: o fórum vai pressionar os conselheiros a votar pela aprovação do relatório.

De ônibus 3

A prefeitura – que em tese deveria ser também a favor do relatório, ressaltando alguns pontos mas preservando outros que reduziriam o preço da passagem – não quer a votação prevista para hoje. Ontem, impetrou mandado de segurança visando a obter da Justiça liminar para que o TC tire o assunto de pauta. Até o começo da noite o desembargador Guilherme Teixeira ainda não havia se pronunciado.

De ônibus 4

Emissários do Ministério Público, que há dois anos foi instado pela prefeitura e pelo fórum popular para dar sua opinião, também teriam procurado o Tribunal de Contas, informalmente, pedindo adiamento da votação. Os únicos que não se manifestaram foram os empresários, acostumados a ganhar posteriormente na Justiça todos os processos em que se sintam prejudicados.

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Auxílio-moradia 1

Em relação ao artigo "Os promotores são mesmo os únicos culpados?" (*Gazeta*, 25/2), vivemos em um país onde a maioria das pessoas sobrevive com R\$ 780 - até menos - por mês, em que os serviços públicos mais básicos estão à beira do colapso, e onde 70% dos funcionários públicos ganham valores bem menores do que um "auxílio-moradia". Se do ponto de vista legal não há nada de errado com o benefício, pelo menos esse privilégio deveria ser analisado sob a ótica da realidade dos demais brasileiros.

Sandro Pazini

Auxílio-moradia 2

O editorial "Auxílio-moradia para o TCE" (*Gazeta*, 24/2) retrata com profundidade, e de forma corajosa, uma verdade que bate no coração do povo. Ele levou um "tapa na cara" com essa atitude absurda que promove a separação de classes e profissões. O ordenado pago a uma pessoa destina-se à sobrevivência dela e de sua família e para cobrir os gastos com alimentação, vestuário, escola, saúde, lazer, aluguel ou prestação de um imóvel residencial. Isso vale para todos. Os funcionários públicos, cujos salários são mais altos do que os do restante da população, acreditam que as suas profissões são diferenciadas. E, mesmo que fossem, não há razão para que recebam benesses como auxílio-moradia. Note-se que o salário mínimo no Brasil não chega a R\$ 800.

Arnaldo Macedo Caron

Auxílio-moradia

"O auxílio-moradia fica mais imoral ainda quando sabemos que os juizes se basearam em uma liminar para requisitarem tal "benefício" e que não precisam prestar contas de seu uso. Eles esquecem-se de que exercem cargos públicos e que devem satisfação à população. O povo brasileiro mudou e está mais consciente, mas eles ainda não perceberam o que está acontecendo."

Luiz Antonio Costa, via Google Plus, sobre o editorial "Auxílio-moradia para o TCE".

NOTAS POLÍTICAS

Precatórios 1

Outra medida que constava no "pacote" era a que estabelecia em R\$ 12 mil o valor máximo que o governo pagaria sem precisar transformar a dívida em precatório. Hoje, o teto para essas "requisições de pequeno valor" é de 40 salários mínimos (cerca de R\$ 31,5 mil).

Precatórios 2

Segundo advogados ouvidos pela OAB-PR, que já se posicionou contra a mudança, quem mais sai perdendo caso o governo faça a modificação são os idosos e os portadores de doenças graves. Por lei, eles têm preferência para receber o dinheiro num valor até três vezes o das requisições de pequeno valor - até R\$ 94,5 mil. Pela nova regra, caso ela volte à Assembleia e seja aprovada, esse valor cairá para R\$ 36 mil.

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Justiça Federal acolhe mais uma denúncia contra Cerveró

Kelli Kadanus

O juiz federal Sérgio Moro acolheu nesta quarta-feira (24) a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, o lobista Fernando Soares e o uruguaio Oscar Algorta. Os três são denunciados por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Moro também determinou o sequestro judicial de um imóvel no Rio de Janeiro, pertencente à empresa Jolmey do Brasil e alugado para o ex-diretor. Na denúncia, Cerveró é acusado de formação de quadrilha e de usar sua influência como diretor da área internacional da Petrobras para obtenção de contratos mediante pagamento de propina. Fernando Soares responde por formação de quadrilha, e é acusado de ser o operador financeiro que atuava junto à Diretoria Internacional da Petrobras. Já Oscar Algorta é acusado de ser o mentor intelectual da operação de lavagem de capitais que beneficiou o ex-diretor da área internacional.

26 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Concursado em cadastro de reserva pode ser nomeado

ARTIGO

GEROLDO AUGUSTO HAUER, sócio-fundador, G.A.Hauer Advogados Associados

(geroldo@gahauer.com.br).

Colaboração: Bruno Arcie Eppinger, G.A. Hauer Advogados Associados

Atualmente verifica-se o que pode ser chamado de "a era do concurso público", assunto que merece destaque quanto aos direitos dos candidatos aprovados.

Não raramente são aprovados em concursos públicos candidatos além do número de vagas previstas no edital do certame, formando, assim, o chamado cadastro de reserva. Isso ocorre porque a administração pública, ante-vedo a necessidade de criação de novas vagas – seja em decorrência de aposentadorias futuras em seu quadro de funcionários, de exonerações, enfim, de diversas situações que ensejarão a contratação de novos servidores –, cria um

tipo de lista nos certames, aprovando candidatos fora do número de vagas disponíveis no momento da publicação do edital.

Frise-se, nesse tocante, que o administrador público não possui a obrigação de contratar todos os candidatos aprovados no concurso, mas tão somente aqueles suficientes para preencher as vagas existentes, guardadas situações excepcionabilíssimas do caso concreto.

O Superior Tribunal de Justiça já possui entendimento pacificado de que o candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital do certame possui, apenas, mera expectativa de direito à nomeação, sendo que a principal hipótese de esta ser convertida em direito líquido e certo é a comprovação do surgimento de novas vagas para cargo idêntico durante o prazo de validade do concurso, o que deve estar disposto no edital, conforme os julgamentos dos seguintes recursos: AgRg no AREsp 351.528/PB, e AgRg no REsp 1357029/BA, entre outros.

Assim sendo, caso fique com-

provado o surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do concurso, o candidato passa, então, a ter direito subjetivo de ser nomeado.

Outrossim, o Superior Tribunal de Justiça também "adota o entendimento de que a mera expectativa de nomeação dos candidatos aprovados em concurso público (fora do número de vagas) convola-se em direito líquido e certo quando, dentro do prazo de validade do certame, há contratação de pessoal de forma precária para o preenchimento de vagas existentes, com preterição daqueles que, aprovados, estariam aptos a ocupar o mesmo cargo ou função" (AgRg no RMS 44.037/BA).

Ou seja, se a administração pública, antes de expirado o prazo de validade do concurso, realizou contratações temporárias para o mesmo cargo de quem foi aprovado em concurso público fora do número de vagas, estes candidatos terão direito à nomeação, preferencialmente a quaisquer outros.

Dessa feita, conclui-se que, em ambas as hipóteses, dependendo da situação concreta e da comprovação dos fatos, os candidatos aprovados em concurso além do número de vagas previsto no edital têm direito à contratação, devendo, eventualmente, valer-se do Judiciário para tanto.

26 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juiz absolve ex-vereadores acusados de cobrar propina

Loriane Comeli

Reportagem Local

Sete ex-vereadores de Londrina, que exerceram mandato entre 2005 e 2008, foram absolvidos da acusação de cobrança de propina de R\$ 120 mil dos proprietários de um condomínio fechado que buscaram autorização legislativa para cercar o loteamento. A decisão foi proferida ontem pelo juiz da 2ª Vara Criminal de Londrina, Delcio Miranda da Rocha. Para ele, mesmo tendo ficado provado de que houve pagamento de vantagem indevida, não há provas de que os ex-vereadores Renato Araújo, Gláudio de Lima, Luiz Carlos Tamarozzi, Orlando Bonilha, Henrique Barros, Sidney de Souza e Flávio Vedoato se beneficiaram ou ficaram com parte do valor exigido pelo também ex-vereador Osvaldo Bergamin, que era réu, mas faleceu ao longo do processo.

Conforme a denúncia, protocolada em 2008 pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco), os oito ex-vereadores, que juntamente com outros daquela legislatura, “na forma usual de atuação da quadrilha”, exigiram dos donos da Estância Bom Tempo, localizada no Distrito do Espírito Santo (zona sul), R\$ 120 mil para aprovar lei que permitiria a construção de muros em torno no loteamento.

Ex-parlamentares teriam recebido R\$ 120 mil para aprovar lei

Ao serem ouvidos pelo juiz, dois dos proprietários do condomínio, tidos no processo como vítimas dos vereadores, confirmaram que pagaram R\$ 120 mil. Conforme a sentença, um deles disse que “como não tinham o dinheiro, negociaram com Osvaldo Bergamin e dividiram o valor em quatro parcelas iguais de R\$ 30 mil”, assinando notas promissórias. “As prestações foram pagas em dinheiro, sempre na rua. Osvaldo parava com seu veículo ao lado do declarante (proprietário), entregava a nota promissória e pegava o dinheiro”, relata trecho da decisão judicial.

As duas vítimas garantiram que nunca negociaram como qualquer outro vereador, embora Bergamin tenha deixado claro que o dinheiro seria repartido com outros vereadores para “agradá-los”. Para o juiz, provavelmente houve o “agrado”, mas, não é possível prová-lo. “E, provavelmente, foi o que ocorreu, pois as vítimas contaram que o projeto de lei foi aprovado por unanimidade. Contudo, Osvaldo (Bergamin) nunca lhes teria dito com quem os R\$ 120 mil foram repartidos. Desta forma, não há como garantir que os ora réus receberam parte da propina paga pelas vítimas a Osvaldo Bergamin”,

concluiu o magistrado.

Também consta do depoimento das vítimas que após a aprovação do projeto – sancionado pelo então prefeito Nelson Micheleti (PT) – “Bergamin pediu que fosse realizado um churrasco para confraternizar condôminos e políticos, sendo que, além do vereador, compareceram ao evento o prefeito e alguns secretários”.

Em juízo, todos os vereadores negaram ter recebido propina. Bonilha, réu confesso no esquema de achaque de empresários que precisavam da aprovação ou alteração de leis municipais, “garantiu que Bergamin era o articulador, mas não se recorda se ele repassou o dinheiro para outros vereadores”.

Apesar da absolvição por este fato, o esquema da 14ª Legislatura da Câmara de Londrina já rendeu condenações cíveis e criminais a todos os envolvidos. Da sentença, cabe recurso ao Ministério Público.

26 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Projeto da Parana Previdência volta à AL na próxima semana

chefe da Casa Civil reitera, contudo, que novo texto será primeiro debatido com servidores e deputados antes de ir a votação

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – O chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD), disse ontem, ao sair da terceira rodada de negociações com os professores grevistas, no Palácio Iguazu, que o governador Beto Richa (PSDB) pretende reenviar à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, já na próxima semana, o projeto que trata das mudanças na Parana-Previdência. Ele garantiu, contudo, que o texto será modificado e, antes da votação em plenário, apresentado aos servidores públicos.

A versão original da mensagem, prevendo a junção dos dois fundos – previdenciário e financeiro -, era uma das mais polêmicas do “pacote fiscal”. Estimava-se que o Executivo pudesse utilizar a poupança de R\$ 8 bilhões acumulada nos últimos 15 anos para pagar os aposentados, aliviando assim a

“O governo ganhou um crédito. Não pode abusar”

folha. Todas as propostas foram retiradas para reexame após a ocupação do pátio da Casa, no dia 12 de fevereiro, e começaram a voltar “fatiadas” anteontem.

Diante do impasse com os docentes, o governo também se comprometeu a não utilizar mais a comissão geral, o popular “tratoração”, na AL. “Como (o projeto) vai tramitar normalmente nas comissões, nós vamos sim fazer

uma reunião com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que são as entidades patronais, e

discutir com o Fórum dos Servidores, para anunciar, mostrar o projeto. (Depois), ele vai tramitar na Assembleia. Quem tiver colocações e quiser propor eventuais alterações, irá fazer através de emendas”, afirmou Sciarra.

Segundo o secretário, a aprovação das mensagens será importante para, num futuro próximo, resolver os problemas financeiros do Estado. “Se a gente pretendia em maio ou em junho estar com esse fluxo equacionado, talvez agora demore um pouco mais - julho ou agosto. É uma situação que vai depender daquilo que acontecer nos próximos meses”.

De acordo com o líder do governo na AL, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), a administração estuda alternativas não para a extinção do fundo de previdência, e sim para o seu fortalecimento. “Em 2012, uma lei estadual, proposta no período anterior do próprio governador, pegou uma grande massa de servidores ativos e inativos, tirou do fundo da previdência e pôs no fundo financeiro, o que aumentou muito o dispêndio do Estado mensalmente, desequilibrando as contas. Talvez a revogação do artigo resolva o problema.”

CONTINUA

**Beto decide
'congelar' aumento
no próprio salário**

CONTINUAÇÃO

Sem citar datas, o peemedebista falou que haverá tempo suficiente para o debate. "Os prazos serão adequados à dinâmica do parlamento. Se (as matérias) tramitarem normalmente nas comissões, no mínimo 30 e no máximo 45 dias (para aprovação)".

O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT) espera que o novo texto não traga prejuízos a ninguém. "Se for um projeto que retira direitos, que faz aquilo que o governo tentou algumas vezes - buscar com eufemismo retirar os valores da ParanaPrevidência -, é óbvio que o governo está correndo o risco de novamente ter uma paralisação. E desta vez muito maior e mais forte. O governo ganhou um crédito. Não pode abusar."

Curitiba - Diante da repercussão negativa dos reajustes concedidos a políticos e magistrados recentemente, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), decidiu reaver o aumento de 14,6% no próprio salário. Desde 1º de janeiro, o tucano tem direito a receber R\$ 33,7 mil, ao invés dos R\$ 29,4 mil que ganhava até dezembro de 2014. A decisão também vale para a vice-governadora Cida Borghetti (Pros) e para os 20 secretários de Estado. Eles recebem, respectivamente, 95% e 70% do que ganha o chefe do Executivo.

A notícia do "congelamento" foi publicada no site da Agência Estadual de Notícias. Desde o início da crise com o funcionalismo, agravada com a greve dos professores, o tucano não concede entrevistas coletivas à imprensa. O chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD), é quem tem se pronunciado em nome do governo. "O governador que vai anunciar quando será retomado (o reajuste) e se será retomado, mas por enquanto está tudo suspenso", disse Sciarra.

O acréscimo automático é garantido pela Lei Estadual 15.433/2007, segundo a

qual os vencimentos do chefe do Executivo são os mesmos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), já "encorpados" no início do ano. A situação fazia de Beto o governador mais bem pago do País, uma vez que a remuneração do STF corresponde ao teto do funcionalismo.

Por outro lado, o pagamento em duplicidade dos salários deste mês será mantido. Conforme publicado ontem pela FOLHA, a medida compensa a suspensão dos proventos de janeiro, ocorrida mediante decreto. Ou seja, neste mês, Beto receberá R\$ 58,8 mil. Somada, a "folha" do primeiro escalão chegará a R\$ 537 mil. (M.F.R.)

26 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Moro descarta que PF tenha investigado políticos

Julia Atonso e
Ricardo Brandt
Agência Estado

São Paulo e Curitiba - O juiz federal Sérgio Moro, que conduz todas as ações da Operação Lava Jato, afirmou ontem que não houve investigação da Polícia Federal contra os ex-deputados Luiz Argolo (SD-BA) e André Vargas (sem partido-PR). Na terça-feira, oito advogados dos executivos da empreiteira OAS que são acusados de envolvimento com o cartel instalado na Petrobras, pediram à Justiça Federal no Paraná que determinasse novo depoimento do delegado Marcio Adriano Anselmo, da Polícia Federal, integrante da equipe que investiga o esquema de corrupção e propinas na estatal. A defesa alegou "possibilidade de edição completa dos arquivos" de escutas telefônicas e seus conteúdos.

Os advogados sustentavam que os investigadores sabiam que entre os monitorados da Lava Jato que mantinham contato com o doleiro Alberto Youssef - personagem central das fraudes e dos desvios - estavam pelo menos dois ex-parlamentares, Luiz Argolo e André Vargas. Por isso, a defesa pede que a PF entregue os documentos originais das interceptações de comunicações pelo BlackBerry.

"A tese sugerida por parte das Defesas é a de que Polícia Federal teria investigado indevidamente André Luís Vargas Ilário e João Luiz Correia Argôlo dos Santos, então Deputados Federais, no decorrer do ano de 2013, em suposta usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal", diz Moro. "Em nenhum momento, pelo que consta nos autos, houve qualquer ato investigatório direto contra LA (Luiz Argôlo) ou contra André Vargas, mesmo não tendo então a Polícia Federal a confirmação de suas reais identidades."

Seis dirigentes da OAS - entre eles Léo Pinheiro, número 1 da empreiteira - são réus da Lava Jato e estão presos desde 14 de novembro, quando foi deflagrada a Operação Juízo Final, sétima fase da Lava Jato que mirou o braço empresarial do cartel de empreiteiras instalado na Petrobras. O pedido da defesa dos executivos da OAS foi subscrito pelos advogados Roberto Lopes Telhada, Edward Rocha de Carvalho, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Juliano Breda, José Carlos Cal Garcia Filho, Daniel Müller Martins, Bruna Araújo Amátuzzi Breus e Leandro Pachani.

"Tão logo identificado que tais mensagens poderiam ter conteúdo criminoso e confirmado que envolveriam os referidos deputados, os elementos pertinentes foram encaminhados por este Juízo ao Egrégio Supremo Tribunal Federal", afirma Moro. "Mais recentemente, como ambos

não mais exercem mandato, o Supremo Tribunal Federal vem devolvendo os processos a eles relativos, já tendo este Juízo recebido dois inquéritos relativamente a Luiz Argolo e um procedimento em relação a André Vargas."

Em dezembro de 2014, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a cassação do mandato do ex-petista André Vargas (sem partido-PR). Seis dias depois, um pedido de vista coletivo livrou Luiz Argôlo (SD-BA) da cassação. Ele concorreu às eleições de 2014, mas não conseguiu se eleger novamente.

"Ainda assim, para que não reste dúvida da lisura do procedimento investigatório e embora pareça a este Juízo que parte das Defesas requer tal prova por motivos meramente especulativos e muito longe de qualquer propósito relacionado à busca da verdade quanto aos fatos que são objeto da imputação, resolvo deferir o requerido por parte das Defesas para requisitar às operadoras de telefonia para que informem ao Juízo acerca dos acessos efetuados pela Polícia Federal dos dados cadastrais de terminais telefônicos no âmbito dos processos", diz Moro.

26 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juíz do Piauí manda suspender Whatsapp

Mariana Tokarnia

Agência Brasil

O juiz Luiz Moura, da Central de Inquéritos da Comarca de Teresina, determinou a suspensão do aplicativo Whatsapp em todo o território nacional, em mandado expedido no último dia 11. De acordo com nota divulgada pela Secretaria de Segurança Pública do estado, a ordem foi expedida em virtude de descumprimento de decisões judiciais anteriores por parte do provedor de aplicação de internet Whatsapp.

A delegada Kátia Esteves, responsável pela Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) da Polícia Civil, e designada para chefiar as investigações, disse, em entrevista à imprensa, que é possível que o aplicativo seja retirado do ar. Durante a entrevista, a delegada não confirmou se a decisão está relacionada à exposição da imagem de crianças e adolescentes. De acordo com Kátia Esteves, como o processo corre em segredo de Justiça, ela não pode dar nenhuma informação adicional sobre o inquérito.

Segundo ela, “com o Marco Civil da Internet, basta a empresa estar oferecendo o serviço no Brasil, e está sendo oferecido o Whatsapp, e ter representante no país”, para que ele possa ser suspenso. “No caso, o representante no Brasil do Whatsapp, apesar de ser uma empresa americana, é o Facebook no Brasil”, ressaltou.

*Motivo não foi divulgado
porque processo corre
em segredo de Justiça*

26 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

O arbítrio faz escola

Embora a situação venha mudando aos poucos, persiste a percepção geral de que a Justiça no Brasil favorece os ricos, reservando-se aos mais pobres os rigores da lei.

Mas o inverso também acontece. A perseguição demagógica e o abuso de poder ganham estímulo quando o acusado, além de rico, é famoso e se destaca pelos hábitos ostentatórios de consumo.

Ninguém representa melhor tal gênero de personagem do que Eike Batista, que surge agora vitimado pelos exageros do juiz federal Flávio Roberto de Souza.

Extravasando do estrito cumprimento de sua função — a qual determina que mantenha no âmbito dos autos a sua opinião sobre o processo —, o magistrado já fizera declarações bombásticas a respeito do julgamento que conduzia.

Das palavras fora de hora o juiz passou aos atos fora de expediente. Foi flagrado dirigindo o Porsche Cayenne de Eike Batista. O luxuoso carro esportivo havia sido apreendido em meio a uma operação cinematográfica que chegou até a residência de Luma de Oliveira, ex-mulher do empresário.

Notícia-se ademais que um piano branco, também de propriedade de Eike Batista, encontra-se no

condomínio em que mora o juiz.

No caso do Porsche, o magistrado argumenta que julgou melhor guardá-lo em sua garagem do que deixá-lo exposto a “riscos de dano” em outros ambientes. Mas sair com o carro pelas ruas do Rio, mesmo que para abrigá-lo na garagem, não deixa de representar desprezo a riscos como os de colisão, assalto ou até multa injustificada.

Nessa última situação, talvez Flávio Roberto de Souza confiasse que poderia imitar seu colega João Carlos Corrêa, que decidiu prender por desacato uma fiscal de trânsito numa blitz da Lei Seca; a agente dissera que juiz não é Deus.

O arbítrio faz escola, como se vê. A decisão de dirigir um Porsche até o próprio condomínio valeria uma demissão sumária, caso tivesse sido tomada pelo manobrista de uma casa noturna ou pelo vigia de um estacionamento.

O caso do juiz Flávio de Souza está sob análise do Tribunal Regional Federal do Rio — que examina pedido anterior dos defensores de Eike, no sentido de que seja afastado do julgamento — e clama por avaliação rigorosa do Conselho Nacional de Justiça. A desmoralização e o ridículo, seja como for, já podem proclamar ganho de causa.

26 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Corregedor manda juiz voltar atrás sobre guarda de bens de Eike

Desembargador diz que atitude de magistrado é 'constrangedora' e 'mancha imagem da Justiça'

Procurado, juiz não atende ligações; além de carros, piano é guardado na casa de vizinho do magistrado

LUCAS VETORAZZO
MARCO ANTÔNIO MARTINS
SAMANTHA LIMA
DO RIO

O corregedor da Justiça Federal no Rio e no Espírito Santo, o desembargador Guilherme Couto de Castro, determinou que o juiz Flávio Roberto de Souza, da 3ª Vara Federal Criminal do Rio, "corrija seu ato referente à guarda de bens do empresário Eike Batista".

O corregedor considerou a situação "constrangedora". Para Castro, a atitude "mancha a imagem da Justiça".

O juiz Flávio Roberto de Souza não atendeu às ligações da **Folha** para falar sobre a opinião do corregedor.

Na terça (24), Souza foi flagrado dirigindo o Porsche apreendido do empresário.

O juiz escolheu dois vizinhos para cuidar de outros bens apreendidos. Um da Hilux de Thor Batista, filho de Eike. Já outro é responsável pelo piano do empresário.

Quando foi flagrado diri-

gindo o Porsche, o juiz disse que não confiava em ninguém para guardar o veículo.

Inicialmente, Eike foi escolhido como fiel depositário do piano, mas depois o magistrado disse ter encontrado uma pessoa "de confiança" no condomínio em que mora e feito a transferência.

Nesta quarta (25), o Ministério Público Federal entrou com pedido na Justiça para anular todas as decisões do magistrado nos processos criminais contra Eike.

Eike é réu em ações por suposto uso de informação privilegiada e manipulação de mercado na venda de papéis da OGX e da OSX.

O corregedor também considerou grave a entrevista de Souza à **Folha** em que vê como "normal" o uso do carro. Nova sindicância foi aberta com base na entrevista.

Segundo Castro, não há precedentes desse tipo de conduta na Justiça Federal. O corregedor disse querer crer que "o magistrado não tenha dado essa declaração ou que tenha sido mal interpretado".

O juiz concedeu entrevista à **Folha** na terça (24), em seu gabinete, no centro do Rio. A conversa foi gravada.

De acordo com Castro, pelas normas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), nenhum carro apreendido pode ser mantido na garagem do juiz do caso. "Não há cabimento em depositar bens no edifício particular do próprio magistrado, fato embaraçoso, apto a gerar confusão e manchar a imagem do Judiciário."

Na próxima terça (3), o TRF define ou não o afastamento do juiz. No momento, dois desembargadores decidiram pela substituição de Souza.

"Queremos um julgamento isento, o que não vinha acontecendo. Eike colocou dinheiro do próprio bolso e não levou vantagem em nada", afirmou o advogado Marcelo Fontes, sócio do escritório Sérgio Bermudes.

26 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juiz manda bloquear WhatsApp no Brasil

Ordem foi emitida para operadoras de telefonia

Um juiz do Piauí determinou o bloqueio do aplicativo de WhatsApp no Brasil, em razão de a empresa supostamente ter descumprido decisões anteriores relacionadas a investigações da Polícia Civil do Estado. O motivo, mantido em sigilo, seriam crimes envolvendo crianças e adolescentes.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Piauí, a ordem, emitida pelo juiz Luiz Moura Correia no último dia 11, foi encaminhada aos provedores de internet e de conexão móvel, como as operadoras de telefonia, e não à companhia de mensagens.

As teles já teriam sido notificadas, mas não indicaram que medida vão tomar. O app funcionava normalmente nesta quarta-feira (24).

A advogada Gisele Arantes, especialista em direito digital, diz que a decisão de contatar as operadoras tem a ver com viabilidade. “Como o WhatsApp não tem representação no Brasil, levaria de dois a três anos para que a empresa recebesse a ordem judicial, por meio de uma carta rogatória”, afirmou.

O Facebook, que comprou o WhatsApp em 2014 por US\$ 19 bilhões, tem escritório no país. Mas a rede social, usada por mais de 700 milhões de pessoas no mundo, opera de modo independente.

De acordo com Katia Esteves, delegada titular a DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente), houve o pedido de bloqueio à Justiça em razão de, desde 2013, a companhia não ter atendido a pedidos envolvendo as investigações do órgão. “Não posso me manifestar sobre o assunto. Mas envolve a delegacia em que eu trabalho”, disse Esteves.

A Sinditelebrasil, associação das operadoras, não se pronunciou sobre o assunto.

Entidades entram na Justiça contra teto para o Fies

DE BRASÍLIA - Entidades do setor privado entraram na Justiça contra o limite de 6,4% para reajuste das mensalidades dos cursos cadastrados no Fies (financiamento estudantil).

O índice questionado pela Fenep (federação das escolas) e a Anup (associação de universidades) corresponde à inflação (IPCA) de 2014.

“Está garantido em lei que quando há aumento de custos e melhorias pedagógicas podemos fazer o aumento”, afirma Amábele Pacios, da Fenep.

Barrichello deve ser indenizado por uso indevido de sua imagem

DE BRASÍLIA - A Terceira Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou o pagamento de indenização ao ex-piloto de F-1 Rubens Barrichello por uso indevido de imagem em uma propaganda de 2004.

No caso, a Varig Logística S/A lançou campanha em que uma criança, pilotando um carro de brinquedo e usando um macacão vermelho —mesma cor do usado por Barrichello em seus tempos de Ferrari— era exibida. Na peça, era dita a seguinte frase: “Rubinho, dá

para ser mais Veloz?”

A ação foi analisada pelo TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo), que negou indenização por entender que somente se usou um apelido.

Barrichello recorreu ao STJ dizendo que a empresa usou sua imagem na propaganda para obter lucros e, por isso, ele deveria ser indenizado.

O argumento foi acatado pelos ministros da Terceira Turma. Eles reenviaram o processo para o TJ de São Paulo, que deverá fixar o montante da indenização. Apesar da decisão, a empresa ainda pode recorrer contra a posição dos ministros no próprio STJ. (SEVERINO MOTTA)

26 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Câmara aprova reajustes e novo benefício a deputados

Impacto anual dos aumentos nos cofres da Casa será de R\$ 150 milhões

Cônjuges também poderão usar cotas de passagens oferecidas aos parlamentares para ir a Brasília

MÁRCIO FALCÃO
AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

Na contramão das discussões para reduzir os gastos públicos, o comando da Câmara aprovou nesta quarta-feira (25) um pacote de reajuste para os benefícios dos deputados que terá um impacto anual de R\$ 150,3 milhões nos cofres da Casa.

Foram reajustadas as três verbas a que os deputados têm direito: a de gabinete, que serve à contratação de servidores, o chamado "cotão" para gastos com a atividade parlamentar (telefone, passagem, consultoria, transporte, entre outras) e o auxílio-moradia pago para congressistas que não utilizam apartamentos funcionais.

Um novo benefício também foi criado para atender uma promessa de campanha do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A partir de agora os cônjuges dos deputados também vão

poder usar a cota da passagem parlamentar para viajar dos Estados até Brasília.

Desde 2009, quando houve o episódio conhecido como "farra das passagens" e descobriu-se que congressistas usaram a cota para fins particulares, a Câmara havia restringido as viagens aos políticos eleitos e assessores.

O aumento dos benefícios, que passa a valer em abril, foi decidido no período em que uma das principais discussões travadas no Congresso são as medidas de ajuste dos gastos públicos enviadas pelo Planalto.

Com a decisão, a verba de gabinete, por exemplo, usada para contratar servidores, passou de R\$ 78 mil para R\$ 92 mil. Todos os reajustes seguiram a inflação (IPCA) registrada no período. Em dezembro, os deputados passaram a ganhar R\$ 33,7 mil.

Com os reajustes, Cunha cumpre mais uma promessa da campanha que o levou à presidência da Casa. Em 25 dias no cargo, ele aprovou a obrigação para a execução de parte da verba destinada pelos parlamentares no Orçamento para seus redutos eleitorais, destravou a discussão

da reforma política e reabriu o debate sobre temas defendidos por evangélicos.

O peemedebista também começou a discutir mudanças na TV Câmara, que deve ser ampliada para os Estados, e a construção de um novo prédio para aumentar os gabinetes dos deputados, obra orçada em R\$ 425 milhões.

Cunha justificou o aumento dos benefícios dizendo que a decisão não representa mais despesas, porque serão cortadas verbas de custeio para cobrir a atualização dos valores. Ele se comprometeu a não readequar os valores até 2017, quando encerra seu mandato à frente da Casa.

"Eu acho que tudo na vida tem correção inflacionária. Ninguém está dando aumento. Só aceitamos a correção mediante o corte correspondente", afirmou Cunha.

CONTINUA

26 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Segundo a equipe técnica da Câmara, neste ano, os cortes para compensar o reajuste serão feitos com remanejamentos de despesas com pessoal, de R\$ 50 milhões, e outros R\$ 62 milhões de redução de gastos com custeio e manutenção, além de serviços terceirizados.

A cúpula da Câmara também decidiu dar um comando político para a área de comunicação da Casa, que atualmente é controlada por servidores de carreira. Será criada uma secretaria parlamentar para responder pela área, cargo que deve ir para o PRB, ligado à Igreja Universal. Também vão criar uma secretaria de Relações Internacionais para cuidar do diálogo com outros Parlamentos.

NOVAS BENEFESSES

Deputados terão mais benefícios; ajustes ocorreram pela inflação

	Para que serve	Quanto era (em R\$ mil)	Para quanto foi (em R\$ mil)	Impacto anual (em R\$ milhões)
Verba de gabinete	Pagar funcionários. Cada deputado pode contratar até 25	78	92	129
Auxílio-moradia	Pagar deputados que não usam apartamentos funcionais	3,8	4,3	1,07
Cotão parlamentar	Pagar despesas como telefone, passagem, consultorias etc. O valor varia de acordo com o Estado	RR: 41,6 DF: 27,9	RR: 42,5 DF: 30,4	19,5

Novo benefício

Foi autorizado o uso de passagens pelo cônjuge do deputado, dentro da cota, para trajetos entre o Estado de origem do deputado e Brasília

O que mais foi criado:

- > Secretaria para coordenar a TV Câmara
- > Secretaria de Relações Internacionais para fazer contatos com outros parlamentos

150,3 milhões

será o impacto anual total das mudanças

FOLHA DE S. PAULO

Empreiteira acusa delegado de mentir sobre dois deputados

OAS diz que a PF sabia que parlamentares falavam com doleiro e omitiu isso de juiz

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO
FLÁVIO FERREIRA
ENVIADO A CURITIBA

A empreiteira OAS acusa o delegado da Polícia Federal Marcio Anselmo, que conduziu a Operação Lava Jato até o final do ano passado, de ter "faltado com a verdade" duas vezes nas investigações sobre pagamento de propina em obras da Petrobras.

Segundo advogados da empreiteira, a PF sabia desde setembro de 2013 que os então deputados federais André Vargas (ex-PT-PR) e Luiz Argôlo (SD) trocavam mensagens com o doleiro Alberto Youssef por meio de celulares e omitiram esses fatos do juiz Sergio Moro.

Em documento enviado à Justiça, o delegado disse que só solicitou informações sobre os parlamentares "com a deflagração da operação". A Lava Jato teve início em 17 de março de 2014, cerca de seis meses depois da mensagem enviada à empresa que fabrica os celulares BlackBerry, a RIM, do Canadá.

O e-mail pedia os dados completos de usuários que usavam apelidos como Omeprazol, Javier Barden e Greta Garbo. Além de André Vargas, a lista citava as iniciais LA, apontadas depois como as do deputado Luiz Argôlo.

O advogado Edward Carvalho, da OAS, diz que, como deputados só podem ser investigados pelo Supremo Tribunal Federal, toda a apuração da Lava Jato deveria ter sido enviada a essa instância em setembro de 2013.

"Há a possibilidade de que o caso seja anulado por essas mentiras. Quando a PF descobriu os parlamentares, deveria ter mandado o caso inteiro para o Supremo", diz.

O e-mail com a solicitação das informações à empresa que fabrica o BlackBerry estava fora do processo, segundo Carvalho. A mensagem só foi incluída na sexta-feira (20).

Ao enviar à Justiça dados para que o Supremo investigasse os parlamentares, o delegado suprimiu a data do e-mail, segundo Carvalho.

Vargas foi cassado e Argôlo não foi reeleito deputado. Ambos devem responder às acusações à Justiça de primeira instância. Quatro integrantes da cúpula e um funcionário da OAS estão presos desde novembro, entre eles o presidente, Léo Pinheiro.

OUTRO LADO

A Polícia Federal não comentou as acusações da OAS. Policiais ouvidos pela **Folha** disseram que é possível habilitar um celular no nome de um deputado. Há ainda a possibilidade de que o Vargas citado fosse um homônimo do parlamentar.

Ao responder a questionamento similar, o juiz Moro escreveu na última semana que eventual "nulidade recairia sobre as mensagens trocadas" por Youssef com Argôlo e Vargas, "sendo fantástico pretender a invalidade de tudo".

Para o juiz, nas respostas recebidas pela PF não havia a identificação completa dos interlocutores dos doleiros, não sendo possível identificar que eram parlamentares.

26 FEV 2015

MÔNICA BERGAMO

CLUBE FECHADO

O Esporte Clube Pinheiros perdeu uma ação que movia contra três sócias por difamação. Elas postaram queixas contra o clube, um dos mais tradicionais da capital paulista, em um grupo do Facebook. Uma das reclamações era contra a cobrança de R\$ 200 pela entrada de babás. Além disso, supostas dívidas foram apontadas e diretores sofreram críticas.

CLUBE 2

A Justiça entendeu que as sócias discutiam questões do dia a dia em um grupo privado. "Em vez de difamar, elas queriam era ajudar a melhorar a gestão", diz o advogado Daniel Zaclis. O Pinheiros declara que entrou com a ação "após autoridade policial ter entendido que existiam indícios suficientes [...] de difamação". O clube não vai recorrer da decisão.

FAÍSCA

Dirigentes do PT defendem que o partido represente ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) contra o juiz Sergio Moro, alegando que ele é parcial no comando da Operação Lava Jato. A ideia está longe de ser consensual.

26 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz de caso Eike é alvo de nova sindicância

Corregedoria exige que magistrado nomeie novo depositário para bens apreendidos e MPF manifesta-se a favor do afastamento do juiz

Fernanda Nunes
Mariana Durão
Mariana Sallowicz / RIO

O “test drive” no Porsche Cayenne de Eike Batista virou uma grande dor de cabeça para o juiz titular da 3ª Vara Criminal Federal do Rio, Flávio Roberto de Souza. Um dia após ser flagrado ao volante do carro de luxo ele foi intimado pela Corregedoria Regional da Justiça Federal por ter guardado o carro no estacionamento do prédio onde mora, na zona oeste do Rio. Em uma reviravolta, o Ministério Público Federal voltou atrás e se posicionou a favor do afastamento do magistrado das ações penais contra Eike.

O MPF também recomendou a anulação de todas as decisões do magistrado nos processos contra Eike – são dois atualmente. O juiz determinou, por exemplo, o bloqueio de R\$ 3 bilhões em bens do empresário e seus familiares, o que resultou na apreensão de itens como veículos, relógios e dinheiro em espécie.

Segundo o corregedor regional da Justiça Federal, desembargador Guilherme Couto de Castro, nenhum carro apreendido pode ser mantido na garagem de juízes. “Não há qualquer cabimento em depositar bens no edifício particular do próprio magistrado, fato embaraçoso, apto a gerar confusão e manchar a imagem do Poder Judiciário”, disse em comunicado do Tribunal Regional Federal (TRF). Além do Porsche, um Toyota, uma Range Rover e um piano estão no edifício. Para corrigir o ato, o juiz deverá nomear um depositário, que poderá ser uma “entidade idônea” ou o próprio Eike. Segundo o corregedor, não há precedente no uso de

Postura

“Não há qualquer cabimento em depositar bens no edifício particular do próprio magistrado”

Guilherme Couto de Castro

CORREGEDOR REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL

bens apreendidos na Justiça Federal da 2ª Região, que abrange Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Anteontem, a corregedoria já havia instaurado uma sindicância para apurar a conduta de Souza. O juiz terá cinco dias para prestar informações. Depois disso, o caso irá ao plenário do TRF, que decidirá se abre ou não um processo administrativo disciplinar. A Resolução 135 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece que a aplicação de sanções é de competência do tribunal ao qual o magistrado é subordinado. O prazo para a conclusão do processo é de até 140 dias, mas pode ser prorrogado.

A defesa de Eike apresentou pedido de afastamento de Souza ao TRF, alegando que ele tem sido parcial em suas declarações à imprensa e dá tratamento discriminatório ao fundador do grupo X. O pedido está em análise pelo tribunal, onde dois desembargadores votaram favoravelmente à substituição do juiz e um terceiro pediu vistas. A decisão sairá no dia 3.

Em janeiro, o MPF discordou que o juiz prejudicou o réu, como apontam os advogados de Eike. O polêmico episódio com o Porsche, entretanto, levou à nova manifestação. “As recentes declarações, somadas à postura injustificável de uso do bens acautelados na Justiça, dispensam maiores comentários do MP Federal, pois são indefen-

sáveis e acarretam a inevitável reavaliação sobre a condução da ação penal”, diz a procuradora regional Silvana Batini, autora do parecer. “O reconhecimento da suspeição deve se estender também com relação às outras ações contra o mesmo réu.”

Na terça-feira, Souza disse ao Estado que levou o veículo para a garagem do seu prédio por falta de vagas em boas condições no pátio da Justiça Federal e no depósito da Polícia Federal. Segundo ele, não há nada de irregular nisso.

Os advogados de Eike trabalham em três novas frentes contra o juiz. O escritório de advocacia Sergio Bermudes fará duas representações contra o magistrado: ao CNJ e ao próprio TRF. Além disso, prepara um processo por danos morais alegando que Souza extrapolou o exercício da profissão. A defesa está confiante no afastamento. “Um novo juiz, isento, deveria analisar tudo de novo, inclusive o bloqueio de bens.”, defendeu o advogado Marcelo Fontes.

O ESTADO DE S. PAULO

Piano de Eike também está no condomínio do juiz

O piano apreendido do empresário Eike Batista está na casa do vizinho do juiz titular da 3ª Vara Federal Criminal, Flávio Roberto de Souza, segundo o advogado Sergio Bermudes, que representa o ex-bilionário.

O instrumento apreendido pela Polícia Federal foi levado para o mesmo condomínio onde mora o juiz, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio. O advogado alega que isso só poderia ter ocorrido se o vizinho tivesse sido nomeado pela Justiça como depositário do piano, o que Bermudes afirma que não aconteceu. "Isso é um absurdo", disse Bermudes.

O piano foi apreendido judicialmente, mas pela dificuldade de transporte a Justiça decidiu inicialmente deixar o instrumento na casa do empresário, que ficaria designado como "fiel depositário", impedido de vendê-lo. Posteriormente o juiz disse ter encontrado uma pessoa de confiança que mora em seu condomínio para desempenhar o papel de cuidar do piano até o dia do leilão.

Procurado, o juiz informou que não poderia fazer qualquer comentário sobre a condução do piano apreendido até o edifício onde mora por determinação da Corregedoria de Justiça. Souza foi flagrado na terça-feira ao volante do Porsche Cayenne Turbo do empresário, apreendido pela PF no início de fevereiro.

O advogado de Eike contou que está fazendo uma representação ao Conselho Nacional de Justiça contra o juiz e que entrará com uma ação de danos morais na vara civil pela forma afrontosa com que Souza vem se referindo ao empresário.

Instagram. Na terça-feira, a mulher de Eike Batista, Flavia Sampaio, publicou em uma rede social uma foto do piano ironizando a escolha do condomínio do juiz como depósito para o instrumento. "Será pelo mesmo zelo que quiseram tanto tirar um piano de casa (foram 3 x na casa para montar a engenharia de retirada) e levar para... o

26 FEV 2015

mesmo endereço onde estão os carros??! #equipezelosa #agradecimento #quantoamor", postou Flavia em sua conta no Instagram. / MONICA CIARELLI e MARIANA DURÃO

26 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Câmara vai pagar viagens de cônjuge de parlamentares

Casa decide reajustar verbas para o exercício do mandato que vão representar custo adicional de R\$ 112,8 milhões até o fim do ano

Daniel Carvalho
Fábio Brandt | BRASILIA

Os cônjuges de deputados e deputadas poderão, a partir de abril, viajar de seus Estados de origem a Brasília às custas da Câmara. Em plena discussão de ajuste fiscal, o comando da Casa decidiu ontem oferecer aos parlamentares um pacote de bondades que representará custo adicional de R\$ 112,8 milhões até o fim do ano e de R\$ 150,3 milhões em 2016.

Os cônjuges dos parlamentares haviam perdido o direito a bilhetes aéreos financiados pela Câmara em 2009, após a revelação de que deputados e senadores usavam recursos do Congresso para pagar passagens para amigos e familiares viajem no Brasil e no exterior – caso conhecido como “farra das passagens”. Desde então, apenas parlamentares e assessores eram permitidos em viagens oficiais.

Os benefícios, que foram aprovados por decisão da Mesa Diretora, sem ir a votação, incluem reajustes na verba de gabinete, na cota para exercício parlamentar e no auxílio-moradia dos deputados que não ocupam apartamento funcional.

O gasto com verba de gabinete, destinada ao pagamento dos funcionários dos deputados, foi reajustado em 18%, correspondente ao Índice Nacional de Pre-

ços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de julho de 2012 a janeiro deste ano. O valor mensal passa de R\$ 78 mil para R\$ 92 mil. Serão gastos mais R\$ 97,3 milhões neste ano e R\$ 129,8 milhões a mais a partir de 2016.

A cota parlamentar foi reajustada em 8,7%. Apelidada de “cotão”, essa verba é mensal e tem como função reembolsar os congressistas por gastos decorrentes do mandato – cobre despesas que vão de passagem aérea e publicidade a aluguel de carros e segurança privada. O custo mensal passará de R\$ 18,6 milhões para R\$ 20,3 milhões. O reajuste custará mais R\$ 14,6 milhões este ano e R\$ 19,5 mi-

lhões a mais no ano que vem.

O auxílio-moradia dos deputados foi reajustado em 11,9%, passando de R\$ 3,8 mil para R\$ 4,3 mil, o que significa um gasto extra de R\$ 805,5 mil este ano e R\$ 1 milhão em 2016.

‘Cortes’. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse estar apenas repondo a inflação. Segundo ele, para pagar a conta do reajuste dos benefícios será necessário fazer uma série de cortes. A Casa espera economizar R\$ 50 milhões com redução de horas extras, sessões noturnas, adiamento de posses de servidores concursados e despesas de exercícios anteriores. Outros R\$ 16 milhões serão economizados com redução dos gastos com custeio, manutenção e funcionamento da Câmara. A Casa espera ainda economizar mais R\$ 47 milhões com a redução das reposições de materiais permanentes.

“Não vai custar um centavo. Todo acréscimo terá um corte correspondente em outras despesas que já foram quantificadas e serão cortadas. Se tivesse qualquer aumento de despesa, nós não faríamos”, afirmou o presidente da Câmara.

Despesa
R\$ 112,8 mi

é quanto representará de custo adicional até o fim do ano a aplicação do pacote de bondades concedido aos deputados federais pela Mesa Diretora da Câmara

R\$ 150,3 mi

é o custo adicional dos benefícios em 2016, gastos que incluem reajustes na verba de gabinete, na cota para exercício parlamentar e no auxílio-moradia dos deputados que não ocupam apartamento funcional

CONTINUA

26 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Legislatura. Levantamento feito pelo Estado mostra que cada um dos 513 deputados federais e dos 81 senadores que formam o Congresso Nacional gastaram na legislatura passada cerca de R\$ 1 mil em média por dia com o cotão. O número foi obtido a partir da análise de dados publicados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Na legislatura passada – que começou em 1.º de fevereiro de 2011 e terminou em 1.º de fevereiro de 2015 – os reembolsos somaram ao menos R\$ 806 milhões. Ou seja: cada um dos 594 mandatos consumiu, em média, R\$ 1,35 milhão, o que dá R\$ 29 mil por mês ou R\$ 963 por dia.

Ao todo, a Câmara gastou R\$ 718,5 milhões com os reembolsos e o Senado, R\$ 87,5 milhões. Os dados não incluem o mês de janeiro deste ano.

Na Câmara e no Senado, o item da cota mais usado é, justamente, o que financia passagens aéreas. Dos R\$ 718,5 milhões reembolsados aos deputados, R\$ 167 milhões tiveram esse propósito (23% do total). Dos R\$ 87,5 milhões pagos aos integrantes do Senado, R\$ 23 milhões foram para passagens (26% do total).

O segundo item mais acionado pelos deputados na legislatura passada é o que paga “divulgação das atividades parlamentares”, que pode ser feita por meio de panfleto, outdoor, site ou outras formas. Foram gastos com esse item R\$ 141,8 milhões (20% do total gasto pela Câmara com a cota). No Senado, essa rubrica consumiu R\$ 12 milhões (13,5% do total).

O ESTADO DE S. PAULO

Procurador dá aval a perdão para Genoíno

26 FEV 2015

Talita Fernandes / BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ontem ao ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, relator do processo do mensalão, parecer favorável ao pedido de extinção de pena do ex-deputado e ex-presidente do PT José Genoíno.

Em 2012, o ex-parlamentar foi condenado por corrupção a 4 anos e 8 meses de prisão, pena que começou a ser cumprida em novembro de 2013. Atualmente, Genoíno cumpre a pena em regime domiciliar.

A defesa de Genoíno pediu a extinção da condenação do peitista no dia 8, com base no indulto de Natal concedido anualmente pela Presidência da República. Pelo decreto assinado no fim do ano passado pela presidente Dilma Rousseff, foi permitido o perdão a presos condenados a menos de 8 anos que tenham cumprido um terço desse período e que não sejam reincidentes. Cabe ao Judiciário analisar se os prerequisites foram cumpridos pelo condenado antes de conceder o benefício.

Em seu parecer, Janot ponderou que “o apenado preenche os requisitos estabelecidos no Decreto n.º 8.380/2014, imperioso o reconhecimento do direito à concessão do indulto natalino, declarando-se extinta a punibilidade”, escreveu o procurador-geral. “Ante o exposto, o procurador-geral da República se manifesta favoravelmente à concessão do indulto natalino ao sentenciado, caso não haja outro óbice legal ao benefício.”

Genoíno é o primeiro condenado no mensalão a ter direito ao perdão da pena. Os demais condenados do PT – o ex-ministro José Dirceu, o ex-deputado João Paulo Cunha e o ex-tesoureiro Delúbio Soares – cumprem a pena em prisão domiciliar.

Cerveró vira réu por crime de lavagem de dinheiro

Ex-diretor foi denunciado por suposta aquisição de apartamento no Rio com dinheiro desviado em compras de navios-sonda

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, recebeu ontem denúncia criminal contra o ex-diretor da Petrobrás Nestor Cerveró por lavagem de dinheiro. Moro decretou o sequestro de um apartamento em Ipanema, zona sul do Rio, adquirido supostamente com dinheiro de propinas.

Na peça, a Procuradoria da República também havia atribuído ao ex-diretor o crime de formação de quadrilha, mas Moro considerou que deveria ser apresentada uma nova denúncia específica para isso. Preso desde janeiro, Cerveró já res-

ponde a processo criminal por corrupção passiva.

Segundo a Procuradoria, Cerveró lavou parte de uma propina de US\$ 30 milhões obtida na contratação de dois navios-sonda, em 2005 e 2006, por meio da Jolmey S/A, empresa criada no Uruguai para receber o suposto fruto dos desvios na Petrobrás.

A Joelmey comprou em abril de 2009 um apartamento na Rua Nascimento e Silva por R\$ 1,5 milhão – hoje o imóvel é avaliado em R\$ 7,5 milhões – e o alugou a Cerveró por valor abaixo do mercado. “Após a aquisição do imóvel pela Jolmey, Nestor Cerveró, real proprietário, teria simulado a locação do imóvel para justificar a ocupação do bem”, disse Moro.

O advogado Edson Ribeiro, que defende Cerveró, disse não haver provas de que o ex-diretor tenha lavado dinheiro ou recebido propinas. /R.S., J.A. e F.M.

26 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz do Piauí exige a suspensão do WhatsApp em todo o Brasil

Decisão foi tomada porque a empresa, com sede nos Estados Unidos, não colaborou com investigações locais

O juiz da Central de Inquéritos de Teresina, Luiz Moura Correia, determinou que o acesso ao aplicativo WhatsApp seja suspenso por descumprimento de ordem judicial para interceptação telefônica para elucidação de crimes.

“A ordem judicial foi expedida em virtude de anterior descumprimento, por parte do provedor de aplicação de Internet WhatsApp, de outras determinações de caráter”, diz a nota divulgada pela Polícia Civil do Piauí.

Na decisão, o juiz deu 24 horas para que operadoras de telecomunicações nacionais suspendam o acesso ao aplicativo. A sede da empresa, nos Estados Unidos, foi notificada para dar cumprimento à determinação judicial. Procuradas, as operadoras não se manifestaram.

O magistrado informou que a decisão é resultado de inquéritos que tramitam em segredo de justiça desde o ano de 2013. Ele disse que a quebra do sigilo do contato por WhatsApp serviria para a elucidação dos crimes.

“O WhatsApp não quis se adequar ao caso da interceptação e foi notificado quanto a isso. Determinamos a suspensão do serviço para cumprir as diligências. Trata-se de uma questão de soberania nacional. Para operar aqui, a empresa tem de se adequar às leis daqui”, explicou Luiz Moura.

Segundo o juiz, depois do Marco Civil da Internet, a empresa que funciona nos Estados Unidos, tem que dar cumprimento às decisões locais. “É para o Brasil discutir o assunto. São vários casos em questão. Como se trata de segredo de Justiça, não posso falar sobre o assunto. Quem pode falar são as autoridades policiais”, acrescentou.

Para a advogada Gisele Arantes, a medida é “desproporcional”. “Acho muito difícil essa decisão ser cumprida”, diz. “Bloqueando o WhatsApp você está afetando o direito de milhares de pessoas.” /LUCIANO COELHO e MURILO RONCOLATO

26 FEV 2015

BEMPARANÁ

WHATSAPP

Justiça determina suspensão

A Justiça do Piauí, em mandado expedido no último dia 11, determinou a suspensão do aplicativo Whatsapp em todo o território nacional. De acordo com a nota, divulgada pela Secretaria de Segurança Pública do estado, a ordem judicial foi expedida em virtude de anterior descumprimento, por parte do provedor de aplicação de Internet Whatsapp. A delegada Kátia Esteves, responsável pela Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) da Polícia Civil, e designada para chefiar as investigações, disse, em entrevista à imprensa, que é possível que o aplicativo seja retirado do ar. Segundo a delegada, "com o Marco Civil da Internet, basta a empresa estar oferecendo o serviço no Brasil, e está sendo oferecido o Whatsapp, e ter representante no país", para que ele possa ser suspenso. "No caso, o representante no Brasil do Whatsapp, apesar de ser uma empresa americana, é o Facebook no Brasil", ressaltou a policial. De acordo com Kátia Esteves, como o processo corre em segredo de Justiça, ela não pode dar nenhuma informação adicional sobre o inquérito.

Paranaense favorito

O paranaense Clèmerson Merlin Clève é o favorito para assumir a vaga deixada por Joaquim Barbosa no STF, apontou a jornalista Mônica Bergamo na Folha de S. Paulo de ontem. Segundo o jornal, a presidente Dilma Rousseff (PT), já conversou sobre o STF com Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, e com o vice-presidente, Michel Temer (PMDB). "O nome que lidera a aposta no STF é o de Clèmerson Merlin Clève, jurista do Paraná e sócio de uma universidade, a UniBrasil. A favor dele pesa a amizade com o ministro Teori Zavascki. Contra, o fato de já ter se declarado contra a política de cotas para minorias em concursos públicos. A vaga a ser ocupada é a de Joaquim Barbosa, que é negro", disse a colunista. E na lista de candidatos está o desembargador Fausto De Sanctis, que se tornou célebre quando era juiz e atuou em casos de crime do colarinho branco. Ele tem apoio de associações de magistrados. Já esteve com Lewandowski e com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

26 FEV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça aceita denúncia contra Cerveró por lavagem de dinheiro

Moro, no entanto, rejeitou a denúncia pelo crime de formação de quadrilha

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos decorrentes das investigações da Operação Lava Jato, aceitou ontem denúncia do Ministério Público Federal (MPF), por lavagem de dinheiro, contra o ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, réu em outra ação por corrupção, e o ex-presidente do Conselho de Administração da empresa Jolmey S/A Oscar Algorta. Cerveró está preso, desde janeiro, na carceragem da Polícia Federal, em Curitiba.

Os dois agora são réus na ação que apura a prática de lavagem de dinheiro na aquisição, em abril de 2009, de um apartamento de luxo no Rio de Janeiro. O imóvel, de acordo com o MPF, ficou alugado por Cerveró entre os anos de 2010 e 2014, muito abaixo do valor real de mercado. Na decisão, o juiz Sérgio Moro determina ainda o sequestro do imóvel, por ter sido comprado com recursos desviados de contratos da Petrobras.

Na decisão, Moro afirma que há indícios concretos de que para ocultar a origem e natureza criminosa dos valores envolvidos na aquisição do imóvel, Cerveró e Oscar Algorta constituíram, em

2007, a empresa Jolmey Sociedade Anônima, no Uruguai, e em novembro do ano seguinte, uma subsidiária da respectiva empresa no Brasil.

Há indícios veementes de que a locação seria simulada, pois a empresa em questão e a própria offshore pertenceriam de fato a Nestor Cerveró”, diz o despacho. “É possível, no contexto, que a constituição da offshore no exterior constitua um mero estratagema para a repatriação dos valores, internado como investimento direto na subsidiária brasileira, e em seguida utilizados para aquisição do imóvel referido”, acrescentou Moro na decisão.

Moro, no entanto, rejeitou a denúncia pelo crime de formação de quadrilha, na qual o MPF pediu também o indiciamento de Cerveró e do empresário Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, apontado como operador financeiro no esquema de fraudes na Petrobras.

Segundo Moro, não ficou caracterizado o crime de formação de quadrilha na simulação de

compra e aluguel do imóvel. “Entende este juízo que a eventual imputação do crime de quadrilha contra Nestor Cerveró e Fernando Baiano deve ser formulada em autos próprios, já que apesar de sua vinculação aos processos de investigação e persecução penal na assim denominada Operação Lava Jato, não há relação direta desta imputação de quadrilha com o crime de lavagem, que é objeto da primeira parte desta denúncia”, justificou o juiz.

26 FEV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

MP denuncia Nelson Justus por desvios de salários

O Ministério Público Estadual apresentou denúncia na Justiça contra o deputado estadual e ex-presidente da Assembleia Legislativa, Nelson Justus (DEM), por envolvimento no caso dos “Diários Secretos” – que apontou um esquema de desvio de salários de funcionários



Reprodução


“fantasmas” no parlamento paranaense. A informação é da Gazeta do Povo.

Justus e outras 31 pessoas ligadas a seu gabinete são acusadas de formação de quadrilha, peculato, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. A denúncia também atinge o ex-diretor-geral da Assembleia, Abib Miguel, o Bibinho. ●

Justus ainda responde por acusações dos “Diários Secretos”

Câmara libera passagens para mulheres de deputados

Mesa Diretora também aprovou reajuste de verbas de gabinete

 A Mesa Diretora da Câmara aprovou nesta quarta-feira o reajuste em diversas verbas parlamentares, incluindo a de gabinete, que passa dos atuais R\$ 78 mil para R\$ 92.053,00 mensais. O auxílio-moradia subiu de R\$ 3,8 mil para R\$ 4,2 mil. Além dos rea-

justes, a Mesa também aprovou um dispositivo estabelecendo que as mulheres dos deputados terão direito a usar passagens aéreas pagas pela Câmara entre seus Estados de origem e Brasília.

O chamado cotão (verba indenizatória) teve reajuste de 8%, elevando de R\$

27.977,26 para R\$ 30.215,44 o menor valor recebido por deputados, no caso os do Distrito Federal. O maior é destinado aos deputados de Roraima e passará de R\$ 41.612,80 para R\$ 44.941,62.

O pacote de medidas aprovado pela Mesa faz parte das

promessas de campanha do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Segundo ele, o impacto das novas medidas não deverá atingir 5% do orçamento total da Casa. O orçamento é de R\$ 3,385 bilhões e as mudanças devem resultar em gastos de R\$ 151 milhões. ■

Justiça pode tirar Whatsapp do ar em todo o Brasil

Uma decisão da Justiça do Piauí pode tirar o Whatsapp do ar em todo o país para clientes da operadora Vivo. Publicada nesta quarta-feira (25) pelo juiz Luiz Moura Correia, da Central de Inquéritos da Comarca de Teresina, a ação determina que a empresa de telefonia Vivo suspenda o serviço temporariamente até o cumprimento da ordem judicial.

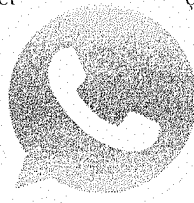
De acordo com o colunista Felipe Patury, da

Revista Época, a medida é em caráter de urgência no prazo de 24 horas após a empresa Vivo ser notificada.

Segundo a decisão do juiz Luiz Moura Correia, a empresa deve "garantir a suspensão do tráfego de informações de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros de dados pesso-

ais ou de comunicações entre usuários do serviço e servidores da aplicação de troca de mensagens multi-plataforma denominada Whatsapp, em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional".

O processo corre em segredo de Justiça e a empresa tenta cassar a decisão. ■



NOTAS POLÍTICAS

Palavra livre

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que vereador não pode ser condenado na Justiça por falas proferidas no "ambiente" da Câmara local. Para os ministros, os vereadores estão protegidos pelo princípio constitucional da imunidade parlamentar quando proferirem supostas ofensas em plenário ou nas dependências da Casa legislativa.

Novas delações

O doleiro Alberto Youssef quer falar mais à Justiça. Sua defesa ingressou com um pedido para que ele preste novo depoimento no processo que responde por usar empresas de fachada para lavar dinheiro. Segundo o MPF, Youssef e outras cinco pessoas usaram o laboratório Labogen Química, a GFD Investimentos e outras empresas para lavar dinheiro.

26 FEV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça quer estradas sem bloqueio

Novas decisões judiciais determinaram ontem a liberação das rodovias federais de Curitiba e Região Metropolitana, e da região de Londrina. O pedido em Curitiba foi feito pela AGU (Advocacia-Geral da União), através da Procuradoria do Estado. De acordo com Clênio Luiz Parizotto, procurador-chefe da União no Paraná, o órgão também ajuizou ações para liberar as BRs da região de Francisco Beltrão, Maringá e Toledo, no interior. O pedido para liberação das rodovias federais também beneficiou São Paulo e Mato Grosso do Sul. Na terça-feira, a AGU obteve decisões para a liberação das rodovias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia. Com isso, ao menos seis Estados do país já tiveram decisões judiciais para desbloqueio das estradas. Em caso de descumprimento, as multas vão de R\$ 100 por hora a cada manifestante a R\$ 50 mil, no caso de associações que realizarem protestos em alguns destes locais. Os valores variam por região.